

DESINFORMAÇÃO NA CULTURA DIGITAL: reflexões a partir da Democracia Cognitiva e do Diálogo de Saberes

MISINFORMATION IN DIGITAL CULTURE: reflections from Cognitive Democracy and Knowledge Dialogue

DESINFORMACIÓN EN CULTURA DIGITAL: reflexiones desde la democracia cognitiva y el diálogo Del

Juliana Dias Rovari Cordeiro

Doutora em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ). Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde (PPGEC/S/Nutes). julianadiasrc@gmail.com.

 0000-0003-3285-4409

Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca

Doutor em Sociologia (USP). Professor associado da UFRJ, diretor do Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde. abrasil@ufrj.br.

 0000-0002-7495-4902

Elliz Celestrini Mangabeira

Doutoranda em Educação em Ciências e Saúde(Nutes/UFRJ). Nutricionista (colaboradora) do Movimento Comer Pra Quê? elliz.mangabeira@gmail.com.

 0000-0001-6039-2630

Juliana Cintia Lima e Silva

Doutoranda em Antropologia Social (PPGAS/Museu Nacional-UFRJ). Integrante do Comitê de Antropólogas/os Negras/os da Associação Brasileira de Antropologia e do GEPAD – Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia da Devoção. jcintia7@outlook.com.

 0000-0001-6824-224X

Aline Guarany Ignacio Lima

Mestranda em Educação em Ciências e Saúde(Nutes/UFRJ). alineguarany@gmail.com.

 000-0001-6067-112X

Correspondência: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Avenida Carlos Chagas Filho, 373, Bloco A, Rio de Janeiro- RJ/Brasil, Cep: 21941-590.

Recebido em: 17.06.2020.

Aceito em: 26.08.2020.

Publicado em: 01.10.2020.

RESUMO:

As mudanças que representam a tecnologia acessível e o uso das redes sociais na cultura digital impõem novas perguntas e desafios à medida que somos produtores e consumidores de informação. A desinformação afeta a vida pública e ameaça a democracia. A partir das ideias de Democracia Cognitiva (MORIN, 2014) e do Diálogo de Saberes (LEFF, 2006), discutiremos o tema à luz de um recorte analítico da pesquisa “Valores e Argumentos na assimilação e propagação da desinformação: uma abordagem dialógica”. A educação midiática aparece como uma necessidade histórica e democrática para combater as fake news. Neste sentido, as soluções possíveis devem estimular aprendizados coletivos sobre os processos comunicacionais e educacionais que promovam a leitura e compreensão dos códigos à interação nas mídias sociais.

PALAVRAS-CHAVES: Conhecimento; Desinformação; Educação Midiática.

Introdução

As mudanças que representam a tecnologia acessível e o uso das redes sociais na cultura digital impõem novas perguntas e desafios à medida que somos, ao mesmo tempo, produtores e consumidores de informação. De acordo com Santaella (2003), a cultura digital é aonde ocorre a convergência das mídias, um fenômeno distinto da convivência típica da cultura das mídias. Entretanto, a autora explica que a distinção entre convergência e convivência não deve negligenciar o fato de que vivemos em uma

“verdadeira confraternização geral de todas as formas de comunicação e de cultura em um caldeamento denso e híbrido” (p.28). A oralidade, a cultura dos meios de comunicação de massa, a cultura das mídias (entendida como a cultura do disponível), a cibercultura e a cultura do acesso coexistem e coabitam o ambiente digital. Nos termos da autora:

(...) a convergência das mídias, na coexistência com a cultura de massas e a cultura das mídias, estas últimas em plena atividade, (...) tem sido responsável pelo nível de exacerbação que a produção e circulação da informação atingiu nos nossos dias e que é uma das marcas registradas da cultura digital (SANTAELLA, 2003, p.28)

Um dos elementos que demanda especial atenção está relacionado ao conceito de desinformação, cuja face mais popular são as fake news. Floridi (1996) explica que a desinformação tem a função de enganar e é inerente a qualquer sistema de gerenciamento de informações, como os meios de comunicação e a internet (FLORIDI, 2011, p.260 apud FALLIS, p. 401, 2015). Nos termos do autor, “é intencionalmente transmitida para enganar o receptor para ele acreditar que é informação” (FLORIDI, 2011, p.260).

De acordo com o filósofo italiano, nenhuma etapa do processo epistêmico - desde a criação inicial dos dados até o uso final das informações correspondentes - é completamente transparente. Isso implica um certo grau de desinformação involuntária, como a falta de objetividade (caso da propaganda), completude e pluralismo, exemplo da censura ou a violação do direito à comunicação. “Sempre que a informação passa do remetente ao destinatário corre o risco de ser corrompida ou mutilada” (FLORIDI, 1996, p. 4).

O autor também alerta sobre a auto-desinformação, entendida como a maneira mais fácil que a humanidade conhece para sobreviver à pressão diária da realidade, ao ignorar informações, ou estar acostumada a conhecer as coisas apenas de uma maneira distorcida (1996, p.10). Don Fallis (2015), ao revisar o conceito de desinformação de Floridi, conclui que se trata de informação enganosa que tem a função intencional de enganar alguém. Entretanto, na visão do próprio filósofo italiano, destaca-se que, embora a desinformação seja sempre enganadora, nem sempre é destinada a induzir ao erro.

Após os acontecimentos políticos de 2016¹, constatou-se prejuízos aos processos democráticos decorrentes de manipulação de dados produzidos em diferentes plataformas on-line e de produção e disseminação sistêmica de desinformação nas mais diversas versões e formatos. Nesse mesmo ano, o Dicionário Oxford elegeu a noção de “pós-verdade” como a expressão mais utilizada naquele período (Oxford Languages, 2016). Em 2017 foi divulgada a Declaração Conjunta sobre Liberdade de Expressão e Fake News, Desinformação e Propaganda, assinada por diversas organizações, entre as quais, a Relatoria Especial das Organizações das Nações Unidas (ONU) para a Liberdade de Opinião e Expressão e a Relatoria Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Liberdade de Expressão. Segundo o documento:

A desinformação e a propaganda são muitas vezes concebidas e implementadas com o propósito de confundir a população e para interferir no direito do público de conhecer e no direito das pessoas de procurar e receber, e também transmitir informação e ideias de todos os tipos, independentemente de fronteiras, que são direitos alcançados por garantias legais e internacionais dos direitos à liberdade de expressão e opinião. (OEA, 2017, grifo nosso).

Em 2018, a Comissão Europeia (UE) publicou o documento “Combater a desinformação online: uma estratégia europeia”, relacionando democracia e notícias falsas. Conforme citado no relatório, a desinformação é entendida como:

Informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens econômicas ou para enganar deliberadamente o público, e que é suscetível de causar um prejuízo público. O prejuízo público abrange ameaças aos processos políticos democráticos e aos processos de elaboração de políticas, bem como a bens públicos, tais como a proteção da saúde dos cidadãos da União Europeia, o ambiente ou a segurança. (COMISSÃO EUROPEIA, 2018, p.4)

Mais recentemente, em 2020, a desinformação ganha contornos extremamente preocupantes em meio a pandemia global de Covid-19, onde vê-se os prejuízos à saúde e aos processos de educação e comunicação em saúde. Diante da disseminação de notícias falsas sobre a covid-19, a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e a

¹ O referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), o acordo de paz na Colômbia e a eleição do presidente norte-americano Donald Trump são processos eleitorais permeados pela polarização das fake news.

Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou como “infodemia” o excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes seguras e orientações confiáveis quando se precisa (OPAS/OMS, 2020). Alguns continuam atuando como se estivessem envolvidos em meio a uma disputa de narrativas e, para tanto, disseminando suas mentiras como se fossem verdades de forma coordenada e intensa, visando alcançar uma grande rede de pessoas que confia na forma e naqueles que são seus portadores.

No mesmo período em que as fake news geram dissensos em relação às medidas de prevenção da doença e mortes, Bontcheva e Posetti (2020) chamou de “Desinfodemia” a desinformação sobre o coronavírus. Dentre as características dessa desinformação estão a confusão sobre a ciência médica por gerar impacto sobre toda a população mundial. Este tipo é classificado como o mais tóxico e letal do que as fakes news em outros temas. O atual cenário incide diretamente sobre o direito de conhecer, do qual fala Declaração Conjunta ONU-OEA, e gera prejuízos ao bem público, como a saúde, conforme adverte o relatório da UE.

O problema que se estabelece no contexto pandêmico é que a gravidade das consequências não se restringe a aspectos políticos ou na influência que possam ter na definição de um voto, por exemplo. Essas inverdades também contribuem para a tomada de decisão das pessoas. E, atualmente - no que se refere ao contexto brasileiro - elas estão expostas a mensagens conflitantes, que partem, de um lado, do Presidente da República e, de outro, de um conjunto de organismos internacionais, cientistas, imprensa e alguns governadores. É a filósofa Hannah Arendt (2016) que nos lembra que a mentira é muito mais facilmente assimilada, pois enquanto a verdade é única, a mentira pode assumir uma infinidade de contornos e conteúdos nos dando a oportunidade de fabular negando a incoerência e imprevisibilidade da realidade.

O mundo todo passa por um difícil momento de luto com óbvias e preocupantes implicações econômicas, mas, principalmente, passa por uma emergência de saúde pública que exige respostas e ação imediata. Além de colocar vidas em risco e levar até a morte, a disseminação de notícias falsas relacionadas ao novo coronavírus contribui para o descrédito da ciência e das instituições globais de saúde pública, bem como enfraquece as medidas adotadas pelos governos no enfrentamento à doença (FONSECA, 2020).

Cunha (2018) afirma que a contradição diz muito do nosso tempo, pois nunca a comunicação foi tão presente na vida das pessoas e, no entanto, cada vez mais, perde a dimensão de fundamentar um campo racional de debate público em busca da

verdade. “O que a tecnologia deu com uma mão, ao ampliar nossa capacidade de falar para todos, a astúcia de manipulação dos novos meios tirou com a outra” (p.29).

Dardot e Laval (2016) explicam que o neoliberalismo não é apenas uma ideologia ou um tipo de política econômica, mas é “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (p. 7). Eles defendem a tese de que o neoliberalismo é, em primeiro lugar e, fundamentalmente, uma racionalidade, que tende a estruturar e organizar da ação dos governantes à conduta dos governados.

A sociedade neoliberal enfraquece a ação coletiva, pois os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. Novos modos de subjetivação são definidos a partir da disputa entre as pessoas em função das novas formas de gestão da empresa, o aumento do desemprego e a precariedade da vida e do trabalho (ANTUNES, 2018).

A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. As condições do coletivo são destruídas por fatores, tais como, a abstenção eleitoral, dessindicalização e o racismo. Por consequência, enfraquece-se também a capacidade de agir contra o neoliberalismo e desenvolver ações coletivas e solidárias (SENNETT, 2012) eo tecido social é esgarçado.

Em meio a uma crise sanitária que é também humanitária, emaranhada em sucessivas crises (ética, política, educacional e econômica) com a perda do direito e conhecer (OEA, 2017), da dimensão de um campo racional do debate público (CUNHA, 2018) e do enfraquecimento do agir solidário (SENNETT, 2012), observa-se uma crise nos fundamentos do conhecimento contemporâneo. O problema do conhecimento é analisado a partir da perspectiva do socioantropólogo francês Edgar Morin e do sociólogo mexicano Enrique Leff. Ambos os autores nos ajudam a investigar a crise do saber e seus desdobramentos para repensar as estruturas do pensamento que nos servimos para compreender o mundo.

O presente artigo tem como objetivos (i) discutir a desinformação a partir das ideias de democracia cognitiva (MORIN, 2007) e o diálogo de saberes (LEFF, 2006), (ii) apresentar os resultados provisórios da pesquisa “Valores e argumentos na assimilação e propagação da desinformação” e (iii) apontar as possíveis saídas centradas na educação crítica para as mídias e na iteracia (BERRY, 2012).

O problema da Democracia Cognitiva

O problema do conhecimento encontra-se no coração do problema da vida. Em sua obra *O Método* (1 a 6 vol.), Morin parte do reconhecimento do caráter multidimensional do ato de conhecer e das incertezas do conhecimento. De acordo com este pensador da complexidade, todo acontecimento cognitivo necessita da conjunção de processos energéticos, elétricos, químicos, fisiológicos, cerebrais, existenciais, psicológicos, culturais, linguísticos, lógicos, ideais, individuais, coletivos, transpessoais e impessoais, que se encaixam uns nos outros (MORIN, 1999, p. 21).

Morin (2003, 2015, 1999) considera o princípio organizador do conhecimento como um problema crucial e aponta que é vital nos dias atuais não apenas aprender ou reaprender, mas reorganizar nosso sistema mental para reaprender a aprender. Quatro pontos são apresentados como questões a serem discutidas para enfrentar a crise do conhecimento. Em primeiro lugar, os princípios de saber em voga ocultam o que é vital conhecer. O segundo ponto refere-se à relação conflituosa entre ciência, política e ideologia, mostrando a ambiguidade entre elucidação e obscurantismo do progresso do conhecimento científico.

O terceiro ponto diz respeito aos conceitos que nos servimos para conceber a sociedade. Os avanços científicos e tecnológicos tendem a resultar, concomitantemente, em libertação e subjugação, com ações inevitavelmente mutilantes. A quarta problematização dos princípios que organizam o conhecimento trata da articulação da sociedade antropossocial com a ciência da natureza. Tal entrelaçamento requer uma reorganização da própria estrutura de saber.

Morin justifica que a época atual é considerada a mais elevada do progresso do conhecimento, da fecundidade das descobertas e da elucidação de problemas. Todavia, há uma patologia do saber. Muitas vezes não fica perceptível que os ganhos inusitados de conhecimento são pagos com ganhos inusitados de ignorância. Assim, "o novo obscurantismo provém dos píncaros da cultura, cresce no coração do saber, permanecendo invisível para a maioria dos produtores desse saber, que sempre creem produzir unicamente para as luzes" (1999, p. 22).

Para este autor, existe um Paradigma do Ocidente no qual se desenvolve um pensamento disjuntivo, reducionista e simplificador, matizado pela busca de aproximação entre ciência-técnica-indústria-lucro. Esses quatro termos representam um quadrimotor, que impulsiona a marcha do presente estágio da história, ou seja, do capitalismo (2012, p. 214). Em contraste a este modelo de pensamento, ele apresenta o Paradigma Ecológico, que surge na sua natureza fundamental antidisjuntiva,

antiredutora, antisimplificadora. Instala não um princípio “holista” oco, mas um princípio de conjunção de multidimensionalidade e complexidade.

A perda do saber, muito mal compensada pela vulgarização da mídia, levanta o problema histórico essencial da democracia cognitiva (MORIN, 2007, p. 152). O autor enumera cinco finalidades educativas, que estão ligadas entre si e devem alimentar-se. A primeira é a cabeça bem-feita, que nos dá a aptidão para organizar o conhecimento, que se refere a capacidade de contextualizar e englobar os saberes, sem desvinculá-los ou hierarquizá-los. Esta finalidade ajudaria na compreensão, por exemplo, dos imbricamentos da desinformação nas sucessivas crises (ecológica, política, econômica e ética). O enfraquecimento da percepção global leva ao enfraquecimento do senso de responsabilidade e solidariedade (MORIN, 2014).

A segunda finalidade é o ensino da condição humana ao entrelaçar a cultura científica com a cultura das humanidades, e assumindo a tríade inseparável entre indivíduo-espécie-sociedade. Assim, busca-se tomar consciência do destino comum da era planetária, onde todos os humanos são confrontados com os mesmos problemas vitais e mortais. A terceira finalidade é aprender a viver, que está ligada à sabedoria, que não se restringe ao conhecimento e à informação.

A quarta finalidade é a aprendizagem da incerteza, dos limites do conhecimento e de nossa ignorância. “Conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente, mas dialogar com a incerteza” (MORIN, 2014, p.59). A quinta e última finalidade é a educação cidadã, que diz respeito à consciência e ao sentimento de que pertencemos à Terra e a nossa identidade terrena, que é vital atualmente (ibidem, p. 73). Juntas essas cinco finalidades devem despertar, igualmente, a ressurreição da cultura pela conexão entre as culturas e contribuir para o nascimento de uma Democracia Cognitiva.

O desenvolvimento de uma democracia cognitiva só é possível com reorganização do saber e uma reforma do pensamento que permita não apenas isolar para conhecer, mas também ligar o que está isolado. Para tal missão, deve-se enfrentar o extraordinário desafio condensado na seguinte afirmativa:

[...] sofrer o bombardeio de informações que deságua sobre nós a cada dia pelos jornais, emissoras de rádio e de televisão, ou confiar em sistema de pensamento que só conservam as informações, que confirme o que lhes é inteligível, rejeitando como erro ou ilusão tudo o que desmente aquilo que lhes é incompreensível (MORIN, 2007, p. 153).

Morin (2007) declara que o desafio da complexidade do mundo contemporâneo é um problema essencial do pensamento, da ética e da ação política. Sua proposta é conjugar, numa mesma perspectiva reformadora, a reforma da sociedade (que comporta a reforma da civilização), a reforma do espírito (que comporta a reforma da educação), a reforma da vida, a reforma ética e uma ciência reformada. O conjunto dessas reformas engloba a tríplice identidade humana indivíduo-espécie e sociedade. Essas reflexões nos ajudam a situar o problema da desinformação na crise do saber e nos dá subsídios para refletir sobre as condições dos processos de construção do conhecimento e do pensamento que favoreceram a proliferação de um sistema desinformativo. Tal sistema engloba a ciência por meio de múltiplas narrativas sobre a verdade dos fatos, a política e ideologias. Leff traz outras contribuições para investigar a questão.

O desconhecimento do conhecimento

O problema do conhecimento é também objeto de investigação de Enrique Leff (2006), que desenvolve a teoria da Racionalidade Ambiental. O autor descreve a crise ambiental como a primeira crise do mundo real produzida pelo desconhecimento do conhecimento. Desde a concepção científica do mundo e o domínio tecnológico da natureza, que gera a falsa certeza de um crescimento econômico sem limites (p. 294).

Essa crise é o resultado do desconhecimento da lei da entropia, que desencadeou no imaginário economicista a ilusão de um progresso ilimitado, de uma produção infinita e a alienação do homem. A crise ambiental anuncia o fim desse projeto. A solução não poderia se basear no refinamento do projeto epistemológico e científico que resultou na crise: pobreza crítica e degradação socioambiental.

A questão ambiental, então, aparece como uma problemática social e ecológica generalizada de alcance global e planetário, que mexe com todos os âmbitos da organização social, os aparatos do Estado e os grupos e classes sociais. Isso induz um amplo e complexo processo de transformações epistêmicas no campo do conhecimento e do saber, das ideologias teóricas e práticas dos paradigmas científicos e dos programas de pesquisa (Ibidem, p. 282).

Segundo Leff, o saber ambiental emergente, interroga e reorienta o desenvolvimento do conhecimento em, pelo menos, três níveis: (i) a orientação da investigação e a aplicação de saberes científicos e técnicos através de uma demanda social de conhecimento e de políticas científico tecnológicas. (ii) A integração de processos diversos e de um conjunto de saberes existentes em torno de um objeto de

estudo e de uma problemática comum, e a elaboração de um conhecimento integrado através de métodos interdisciplinares e de sistemas complexos. (iii) A problematização dos paradigmas teóricos de diferentes ciências, determinando a reelaboração de conceitos, o surgimento de novas temáticas, a construção de objetos interdisciplinares de conhecimento e a constituição de novas disciplinas ambientais que ultrapassam os objetos de conhecimento, os campos de experimentação e os esquemas de aplicação dos atuais paradigmas teóricos (LEFF, 2006, p. 283).

A crise ambiental interroga o conhecimento, questiona o projeto epistemológico que procurou a unidade, a uniformidade e a homogeneidade do ser no pensar; o projeto de unificação do mundo através da ideia absoluta de razão totalizadora; de sua transcendência e a transição para um futuro sustentável, negando o limite, o tempo e a história (Ibidem, p. 290, 294).

A Racionalidade Ambiental se abre para um saber ambiental, que o ambiente é o Outro a ser considerado numa relação de outridades. É o saber que emerge no espaço de externalidade do logocentrismo das ciências modernas. A crise ambiental é o desconhecimento do real – a exclusão da natureza, a marginalização da cultura, o extermínio do outro, a anulação da diferença - pela unidade, sistemicidade e homologação das ciências (LEFF, 2006, p. 388).

Esse saber se desdobra no diálogo entre seres culturais, seres-saberes. É o encontro de identidades coletivas fundadas em autonomias culturais, de onde estão emergindo projetos, estudos e movimentos. De acordo com o sociólogo mexicano, essa condição anuncia o desenvolvimento sustentável e uma sociedade fundada na convivência de sujeitos autônomos, baseado em suas diversidades culturais e em uma política da diferença.

O diálogo de saberes se oferece como um processo de comunicação entre seres constituídos e diferenciados por seus saberes, do intercâmbio de experiências e complementação de conhecimentos. Leff alerta que não é uma metodologia para estabelecer uma comunidade de aprendizagem. Assim como o pensamento da complexidade não é um método para a interdisciplinaridade das ciências. Esse diálogo aponta para a produção de novas formas de compreensão do mundo, que emergem do intercâmbio dialógico de saberes e da disputa de sentidos da sustentabilidade na reapropriação social da natureza e da cultura (ibidem, p.387).

O futuro sustentável é uma construção social que surge a partir do encontro de seres e do diálogo de saberes, não produz a síntese dos saberes existências e a integração das ciências: enlaça palavras, significações, razões, práticas, propósitos, que

em suas sintonias e dissonâncias, seus acordos e dissensos vão formando um novo tecido discursivo e social, potencializa o sentido das noções desgastadas como democracia, equidade, diversidade e sustentabilidade de democracia, (ibidem, p. 383, 389).

Além de toda a estratégia comunicativa, o diálogo de saberes se estabelece no campo do poder no saber, instaurado na sustentabilidade, onde nenhum termo é neutro. As noções de território, autonomia, cultura e natureza são ressignificadas nesse processo de renovação e reapropriação do mundo.

Epistemologia da Dialética: desenvolvimento humano e regimes de conhecimento

A partir das reflexões suscitadas pelas provocações conceituais e epistemológicas propostas por Morin e Leff observamos que os processos de desenvolvimento humano e os regimes de conhecimento se constituem em dinâmicas que envolvem a comunicação, as relações sociais e interpessoais, além do sistema educacional, num sentido *stricto sensu*. Conhecer é situar-se constantemente em fluxos de ideias, de fatos, sentimentos, ao mesmo tempo, que é uma experiência sensível de contato com o mundo a partir de diferentes dimensões e condições de possibilidade.

Resgatando o que nos propõe Morin (2015), a construção de um pensamento ecológico que de fato considere a diversidade, a instabilidade e a pluralidade, como valores inerentes ao nosso mundo, que devem ser reconhecidos e incorporados ao nosso processo de constituição enquanto seres socioculturais passa, necessariamente, pelo reconhecimento do lugar estratégico da comunicação na história da humanidade.

O desafio posto, na contemporaneidade, reside no desenvolvimento de habilidades para transitar no fluxo de informações e estímulos diversos aos quais estamos expostos neste mundo hiperconectado do qual somos parte. Conforme destacado por Morin (1999), os avanços tecnológicos que usufruímos emergem de uma "patologia do saber", inerente ao modelo antropocêntrico ocidental, que se fundamenta numa ontologia da contradição, onde os efeitos benéficos dos avanços tecnológicos e do conhecimento são acompanhados por efeitos inversamente proporcionais de ampliação da miséria, exploração e ignorância.

No bojo de interação destas dinâmicas concorrentes, antagônicas e complementares - que caracterizam a complexidade - emergem os modelos comunicativos em rede com a ascensão de plataformas digitais, redes sociais e desenvolvimento da inteligência artificial, tendo como contraponto a polarização, recrudescimento dos discursos de ódio e surgimento de uma indústria da

desinformação que abarca todo um sistema de produção, disseminação e gestão do caos com os mais diversos propósitos e interesses políticos e econômicos.

Se os campos de concentração na Alemanha foram laboratórios para a transformação de inimigos e aliados em “homens supérfluos” – uns pela completa subjugação e outros pelo exercício sistemático e naturalizado da crueldade – atualmente o nosso mundo hiperconectado é o grande laboratório da dominação pós-moderna. Este novo instrumento de dominação atualiza seus aparatos fascistas de controle das massas através da opressão comunicativa, onde há um sistemático esvaziamento de sentido, dissociação com a realidade baseada na experiência e a massificação de discursos (SOUKI, 2006). Através do conceito de vazio de pensamento², Arendt (2012) demonstra como determinadas ideologias podem provocar uma suspensão da racionalidade e fazer os indivíduos aderirem a um discurso acima da razoabilidade e coerência:

A eficácia desse tipo de propaganda evidencia uma das principais características das massas modernas. Não acreditam em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência; não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação, que pode ser seduzida por qualquer coisa ao mesmo tempo universal e congruente em si. O que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte (ARENDR, 2012, p.485).

Deste modo, desenvolver reflexões sobre a crise da capacidade de conhecer - enquanto fundamento do aparato de dominação operado através da desinformação - refere-se, fundamentalmente, a necessidade de pensar uma profunda reorganização dos nossos princípios comunicativos e da educação. Tal agenda posiciona como prioridade a discussão sobre uma revolução no campo educacional focada na sua inadequação estrutural diante do mundo hiperconectado no qual se insere e demanda uma profunda mudança no nosso modo de viver, de pensar e de conhecer que se alinha com o que Morin e Leff propõem. Para acessar os fundamentos que originam esta crise precisamos acessar as estruturas de sua linguagem e estratégias de ação. Este desafio passa pela compreensão sobre como opera o ecossistema de informações

²O vazio de pensamento é composto por três elementos que conjugados e disseminados em diferentes suportes comunicativos têm poder de adesão junto aos indivíduos: (i) distorção da realidade; (ii) suspensão do dado concreto; (iii) prevalência da pseudociência (ARENDR, 2012).

e quais as suas implicações no contexto econômico, político e social de um modo amplo.

Caminhos da desinformação: uma análise centrada no diálogo para reflexão sobre a educação midiática transformadora

Com o intuito de retratar a importância das reformas do pensamento, sobretudo, mediante a crise do saber em curso, apresentaremos os resultados preliminares oriundos da pesquisa “Valores e argumentos na assimilação e propagação da desinformação: uma abordagem dialógica”, dada a relevância da compreensão de como as pessoas vêem o papel da educação com vistas ao letramento digital. A pesquisa foi realizada nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e de Recife (PE) em três etapas: (i) questionário presencial e online; (ii) monitoramento das redes digitais; e (iii) oficinas com Grupos de Diálogos (GD’s), entre os anos de 2018 e 2019. Este artigo analisa dados da terceira etapa do estudo - as oficinas com Grupos de Diálogos - buscando identificar como as narrativas estabelecidas expressam o convívio com a desinformação a partir do problema do conhecimento, da desigualdade no acesso à educação midiática e à internet.

Foi utilizada a metodologia dos Grupos de Diálogos (GD’s) nas oficinas desenvolvidas na última etapa da investigação. Foram adaptados um instrumento metodológico e o roteiro do encontro a partir do modelo utilizado por pesquisas do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), fundamentando-se na metodologia criada por Daniel Yankelovich para pesquisas de opinião pública por meio de grupos de diálogos. A ideia central do autor considera que as opiniões, posicionamentos e julgamentos se constroem coletivamente por meio da observação de diferentes pontos de vistas, valores e realidades com as quais as pessoas se identificam, por meio da conversa e da escuta, e não somente de forma deliberadamente individual. Com isso, leva em conta as influências dos diálogos na elaboração e qualificação de cada possível solução apresentada para resolver o problema da disseminação crescente de notícias falsas.

As oficinas com os GDs foram realizadas durante o mês de agosto de 2019, sendo dois em Recife e três no Rio de Janeiro, com a presença de 113 participantes, inscritos por meio de chamada pública, divulgada na internet. Todos os inscritos foram convidados a participar e o que se buscou foi estabelecer um critério de convocação que levou em conta a ordem de inscrição e o perfil (idade, gênero e profissão) indicando quais dias a pessoa havia sido aprovada a participar. Dentre os que não

compareceram, os motivos foram desistência própria ou por impossibilidade de estar presente para a data para a qual foi designado.

Entre os 113 que compareceram tivemos 81 mulheres e 32 homens. A idade média foi de 33 anos, sendo 29 a mediana, e metade dos participantes eram jovens (até 29 anos). A idade variou entre 18 e 70 anos (cerca de 10% tinha mais de 50 anos). Em relação à ocupação, 30% eram estudantes, 20% profissionais atuantes na área da comunicação e 10% professores tanto na Educação Básica como do Ensino Superior. Os demais se dividiam em várias atividades e áreas de inserções (direito, assistência social, prestação de serviços, área cultural, bibliotecários, profissionais de TI, etc). Por fim, em relação à religião, 40% afirmou não possuir uma específica e 23% se definiu como católico, 18% como evangélico, 9% como de matriz africana e 7% espírita. Entre outras opções apareceram agnósticos, budistas e panteístas.

Os encontros foram realizados aos sábados com duração de 8 horas. A primeira parte do encontro foi dedicada a uma introdução ao tema da desinformação e apresentação da pesquisa. Na segunda parte, os participantes foram divididos em dois grandes grupos e convidados a trabalhar em torno da questão “Como podemos enfrentar a crescente disseminação de desinformação no Brasil?”. O diálogo em grupos começou a partir da exposição aos participantes do que foi denominado por “caminhos”, ou seja, quatro saídas possíveis para o combate à propagação de informações falsas nas mídias sociais digitais, como o WhatasApp, Facebook, Twitter, YouTube e Instagram. Foram eles: 1. defender a livre circulação da informação; 2. investir na capacitação pessoal; 3. exigir e pressionar governo e empresas; e 4. participar do controle social da informação. Tais caminhos não eram exclusivos, poderiam ser modificados, agrupados e poderiam ser propostos caminhos novos. Todos os caminhos continham potencialidades e fragilidades. Para responder à questão-problema mencionada acima, era preciso fazer um exame dialogado em grupo sobre cada um deles a fim de se estabelecer uma qualificação dos quatro caminhos para o enfrentamento da desinformação.

No caminho 2 (investir na capacitação pessoal), para o qual são direcionadas as análises deste trabalho, a ênfase está na busca por formação, estando alinhado, portanto, com uma perspectiva educativa como alternativa de superação do problema. A educação digital é apontada como meio de aquisição de competências que possibilitam que as pessoas estejam preparadas para identificar e combater as informações falsas.

Além das conversas, registros dos caminhos propostos em cartolina e elaborações estabelecidas em subgrupos sobre as possibilidades de combate às fake news, foi utilizada uma ficha para registro individual sobre cada um dos caminhos. As fichas listaram os quatro caminhos acima descritos e uma escala numérica para atribuição de um grau de importância para cada um deles, incluindo um campo reservado para cada participante registrar observações que considerasse relevantes após os diálogos em subgrupos acerca de cada um dos caminhos.

Reposicionar as estruturas do pensamento para complexidade do mundo hiperconectado

Com base nos registros das fichas de opinião dos participantes das oficinas foi atribuído um grau de importância ao caminho 2 (investir na capacitação pessoal) maior após a etapa de diálogos em grupo entre os participantes, o que retrata mudanças na compreensão dos participantes sobre o tema em diálogo - o combate a propagação de informações falsas por meio das mídias sociais digitais.

Tal como afirmam Yankelovich e colaboradores (2006), o processo de formação de opiniões ocorre em três estágios: i) ampliação da consciência através da informação, da expressão de pensamentos e de valores e da escuta das ideias de outras pessoas; ii) exame das possíveis soluções e de suas consequências; iii) combinação das soluções propostas com princípios fundamentais para chegar a uma resolução final.

Ao se analisar os comentários, condições e ênfases registrados pelos participantes a respeito do caminho em cujo foco estava a perspectiva educativa, isto é, o segundo caminho de investir na capacitação pessoal, foram registradas potencialidades para esta via que envolvem a aquisição de competências para a identificação e o combate às informações falsas que se propagam nos meios digitais.

Os participantes assumiram como prerrogativa para isso a garantia, por parte do Estado, do acesso a uma educação midiática de qualidade, estruturada por meio de políticas públicas que se articulem com o ensino formal, materializado na Educação Básica e na universidade, e também na educação popular e processos formativos realizados por movimentos sociais e organizações, sem limitar-se somente às escolas, e com capilaridade em ações da sociedade civil, com participação popular.

Evidenciou-se a percepção de que são necessárias formas outras para o estabelecimento dos processos cognitivos nos quais se baseiam percursos formativos oferecidos aos cidadãos, voltados para educação midiática e para os fluxos comunicacionais que demarcam a era da desinformação e da cibercultura.

A exemplo do que foi anteriormente exposto é preciso integrar métodos interdisciplinares, saberes diversos e sistemas complexos (LEFF, 2006) para abordar problemáticas comuns à sociedade. No caso das oficinas realizadas em Recife (PE) e no Rio de Janeiro (RJ), estamos nos debruçando ao exame da crescente disseminação de desinformação e, com isso, promovendo o encontro e o diálogo entre seres culturais e seus saberes. Para esse enfrentamento, são registradas pelos participantes sugestões de ações específicas e o envolvimento de diversos atores sociais, como ilustrado nos trechos abaixo:

Fazendo de várias formas, tanto pelas políticas educacionais quanto por meio de órgãos e coletivos para colocar cada vez mais formas de capacitar as pessoas (curso nas escolas, palestras, oficinas etc.). - Recife/PE, Agosto de 2019.

As pessoas e suas trocas movem todos os setores começando por educadores, pais e jornalistas. - Recife/PE, Agosto de 2019.

Deve ser aliado de conscientização para todas as faixas etárias da população, além de formatos tradicionais de capacitação. - Rio de Janeiro/RJ, Agosto de 2019.

O fomento de campanhas de educação e de comunicação direcionadas à identificação da desinformação e ao uso crítico das mídias sociais digitais para as pessoas de diferentes faixas etárias, por exemplo, é uma recomendação que descortina as invisibilidades no ensino das competências necessárias para participar da cultura digital e conviver em um mundo híbrido, que une o real com o virtual. Todas as desigualdades no acesso à internet de banda larga e os diferentes níveis de conhecimento sobre o funcionamento do ambiente digital estão também refletidos na categorização feita por Prensky (2001) sobre nativos e imigrantes digitais. O autor compreende como o nativo aqueles sujeitos que nasceram a partir do meado da década de 90, e imigrantes todos os sujeitos que nasceram antes deste período.

Ao trazer para essa reflexão alguns elementos ligados à literacia, pontua-se, partir do que é sinalizado por Berry (2012), que a educação midiática precisa ir além da alfabetização ou letramento digital. Dito de outra maneira, as pessoas precisam ser capacitadas para compreender os algoritmos e o seu envolvimento na produção dos códigos de programação, para dessa forma reorganizarem seus pensamentos e compreenderem como se organizam os fluxos de informação no qual se inserem ou estão expostos. Afinal, algoritmos podem ser compreendidos como regras cujos efeitos

podem ser previsíveis, porém, seus impactos contêm desdobramentos que vão além do mundo da internet para o mundo da vida (Pariser, 2012).

Neste ponto, cabe contestar a suposta cisão destes mundos, o virtual e o real, assim como das desigualdades a eles subjacentes, quando se lança o olhar ao modo como são compreendidas nas dinâmicas propostas nos encontros desenvolvidos pela pesquisa e nos diálogos sobre como a educação pode ser estruturante no combate à desinformação. Os registros sobre a opinião dos participantes sinalizam a questão da desigualdade social como um impeditivo ao pleno alcance de uma educação crítica e de qualidade.

“Acredito que isso [a educação] não seja de grande importância no atual momento porque infelizmente a internet não chega a até todo mundo”. - Rio de Janeiro/RJ, Agosto de 2019.

Berry (2012) apresenta a necessidade de um olhar crítico com o acesso à computação e à informação devido ao potencial para criar um cenário de desigualdade, como se pudesse classificar como ‘mais humanos’ àqueles que têm acesso em detrimento dos outros, passando cada vez mais a informação pelo mercado.

A obviedade das diferenças entre o mundo lá fora (aqueles que não têm acesso direto, ou que têm dificuldade de acesso ao mundo virtual) e o mundo virtual (daqueles que fazem parte da cibercultura) inviabiliza a crença no poder transformador da educação para “aprender a viver” neste ecossistema de informações no qual a sociedade está inserida. Santaella (2003) afirma que esse olhar disruptivo da era digital entre o “mundo virtual” e “o mundo lá fora, esquecido” ignora o fato de que a turbulência política e social no tempo atual se dá pela inter-relação destes dois mundos e que, ainda assim, a cultura digital não atinge a todos.

A respeito dos comentários registrados pelos participantes nas fichas e nas conversas em grupo, é possível ainda identificar uma crítica contundente à responsabilização exclusiva do indivíduo pela busca de formação e de conhecimentos relativos à educação midiática para o combate à desinformação. A adesão a este caminho de enfrentamento da disseminação de fake news foi condicionada à não-dependência da iniciativa isolada de cada pessoa, sobretudo, quando são enumeradas as mazelas com as quais se convive na sociedade brasileira, como a desigualdade de acesso à educação e à comunicação como direitos humanos, e a inexistência da democratização do acesso à internet. Outro ponto de fragilidade sinalizado para esse

caminho foi a precarização da educação pública, como limitador do pleno alcance de uma educação midiática que seja emancipatória e crítica.

As pessoas precisam aprender sobre o uso saudável da internet, porém, os problemas das notícias falsas não são de responsabilidade integral delas individualmente, mas um comportamento social- Rio de Janeiro/RJ, Agosto de 2019.

O uso saudável e o comportamento social apontam para a construção social proposta por Leff (2006) em busca de um futuro sustentável que se dá a partir do diálogo de saberes e do encontro de seres. Nestes entrelaçamentos não se pretende síntese ou integração dos conhecimentos e formas de ser e de existir. É justamente entre sintonias e dissonâncias, pactuações e dissensos que se forma o tecido discursivo social e, assim, potencializa-se o entendimento sobre democracia, equidade e diversidade. Esta construção nos remete ao pensamento da complexidade, pois comporta, ao mesmo tempo, concorrência, antagonismo e complementaridade em um processo que vai da dialética à dialógica., Nos relatos dos participantes, é inegável a importância da internet e das mídias sociais no mundo contemporâneo. A questão que se coloca é o alcance de uma educação cidadã capaz de reposicionar as estruturas do pensamento para a compreensão deste novo mundo. Nesse sentido, trazemos as contribuições Lima (2011) sobre o pensamento de Paulo Freire sobre a cultura e a comunicação. Freire vincula comunicação e humanidade ao sustentar que “os homens não podem ser verdadeiramente humanos sem a comunicação, pois são criaturas essencialmente comunicativas”; e “somente através da comunicação é que a vida humana pode adquirir significado” (FREIRE, 1971b, p. 65-66). Lima esclarece, então, que a base filosófica de sua epistemologia e suas implicações políticas, bem como a dimensão total de seu conceito de comunicação, estão alicerçadas na ideia de que o ser humano é um sujeito criativo e essencialmente comunicativo.

Freire encara a comunicação como uma “tradução” do princípio dialógico. Assim, o verdadeiro conhecimento resulta de relações de transformações entre os seres humanos e o mundo. Desdobra-se em ação e reflexão. “A comunicação é a práxis da epistemologia dialética de Freire” (LIMA, 2011, p.40). Essa práxis compreende uma dimensão política específica, fundada na igualdade básica e num compromisso radical com a justiça social.

Portanto, Freire entende que não pode haver conhecimento sem comunicação entre sujeitos igualmente livres. Eles podem, eventualmente, compartilhar os mesmos

símbolos, mas a comunicação não é possível até que cada participante do diálogo se reconheça como sujeito; e reconheça o outro como tal. Ou seja, seres capazes de participarem das decisões que afetam a si e ao outro numa relação de equidade.

Se comunicar significa a coparticipação no ato de pensar, o objeto do conhecimento não pode se constituir no termo exclusivo do pensamento, mas é seu mediador. Lima (2011) explica que, quando esse reconhecimento não ocorre, inexistente diálogo e comunicação. Se a reciprocidade é rompida, pode ocorrer transmissão, conquista, invasão, manipulação, dominação.

Considerações finais

O momento é desafiador e revela fragilidades, vulnerabilidades e violações ao pleno exercício democrático da comunicação, que é um Direito Humano. A análise dos resultados preliminares da pesquisa aponta para os problemas que emergem da discussão. O primeiro aspecto é a perda do direito de conhecer e a perda da dimensão de um campo racional do debate público. O segundo é o enfraquecimento da percepção global sobre os problemas de nossa época e da capacidade de agir coletivamente contra o neoliberalismo e desenvolver a solidariedade para questões comuns, a partir do desafio, que reorienta o desenvolvimento do conhecimento em todos os campos da atividade humana. As saídas apontadas para perdas e enfraquecimentos é repensar, reposicionar, reorganizar e reaprender o modo como se organiza o conhecimento e as estruturas do pensamento que comporte a pluralidade.

Leff defende o diálogo de saberes como uma estratégia para a produção de novas formas de compreensão do mundo. Este é também o compromisso que Freire tem com o diálogo, base para a comunicação e a educação, em que o conhecimento se constrói em reciprocidade, junto, com sujeitos igualmente livres. Não se trata de fazer slogans, mas um comprometimento com a transformação de realidades. Por sua vez esse caminho do diálogo defendido por Leff e Freire incita a buscar as cinco finalidades da educação, propostas por Morin: (i) cabeça bem-feita, (ii) ensino da condição humana, (iii) aprender a viver, (iv) aprendizagem da incerteza e (v) educação cidadã. São essas finalidades que, na visão de Morin, podem contribuir para uma Democracia Cognitiva.

As perspectivas da Democracia Cognitiva e do Diálogo de Saberes contribuem para refletir sobre as exigências de desenvolver a educação para uma leitura crítica da comunicação na cultura digital. Nesse sentido, a Iteracia proposta por Berry viabiliza uma compreensão dos processos e formações do conhecimento e do pensamento, o

que está para além da tela dos smartphones e laptops. É um exercício para enfrentar o desconhecimento do conhecimento dos problemas vitais da humanidade.

Os dados analisados na pesquisa permitiram o encontro de identidades coletivas, pontos de vistas, seres saberes e seres culturais, concepções sobre distintas maneiras de se enfrentar também o problema da infodemia e da desinformação, a partir do caminho da formação dos cidadãos, contemplando questões que dilaceram as estruturas do tecido social brasileiro: como a desigualdade ao acesso à educação de qualidade, universal, bem como à internet.

A partir da noção da comunicação e de educação como direitos, os pontos de vista dos participantes da oficina ressoam sobre a importância de um Estado capaz de assegurar tais direitos, não deixando apenas sob responsabilidade de cada indivíduo possuir as habilidades necessárias ao nosso tempo para transitar no fluxo de informações e estímulos diversos. Mas agir de forma coletiva e solidária em busca de caminhos possíveis para uma educação crítica, problematizadora e dialógica.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARENDT, Hannah. **Verdade e política**. Relógio d'Água, 1995.
- _____. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BERRY D.M. (2012) *Introduction: Understanding the Digital Humanities*. In: *Berry D.M. (eds) Understanding Digital Humanities*. Palgrave Macmillan, London .DOI https://doi.org/10.1057/9780230371934_1.
- BONTCHEVA, K; POSETTI, J. *Desinformación: decifrando ladesinformación sobre el covid-19*. **Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), 2020**. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic_deciphering_covid19_disinformation_es.pdf>. Acesso em jul 2020.
- COMISSÃO EUROPEIA. *Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia*. **Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões**. Bruxelas, abril 2018, p. 4. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52018DC0236&qid=1525280608825&from=EN>>. Acesso em: 11 jul 2020.

- CUNHA P. J. Notícias falsas, grandes negócios. In: **Comunicação e direitos humanos**, p.29-33. Associação Henfil Educação e Comunicação, 2018. Disponível em: <https://intervozes.org.br/arquivos/interman005comdhs18.pdf>
- DARDOT, P.; LAVAL, C.. A nova razão do mundo, : ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.p.
- FALLIS, D. **What Is Disinformation? (Exploring Philosophies of Information**. LIBRARY TRENDS, Vol. 63, No. 3, edited by Ken Herold, pp. 401–426. The Board of Trustees, University of Illinois, 2015.
- FLORIDI, L. Brave.Net.World: The Internet as a Disinformation Superhighway?.The Electronic Library, Vol. 14 Issue: 6, pp.509-514, 1996. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3128817>. Acesso em 05 de jul. de 2020.
- FONSECA, A.B. A Covid-19 e a desinformação que mata. **Le Monde Diplomatique Brasil**, maio de 2020, Disponível em:<https://diplomatique.org.br/a-covid-19-e-a-desinformacao-que-mata/>. Acesso em 05 de jul. de 2020.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971a.
_____. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971b.
- LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Trad.: Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006
- LIMA, A. de V. **Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire**. 2. ed. rev. Brasília: Ed. Universidade de Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- MORIN, E. **O Método 3. O conhecimento do conhecimento**. Trad.: Juremir Machado da Silva. Porto Alegre (RS): Ed. Sulina, 1999.
_____. **O Método 1: A natureza da natureza**. 2ª ed. Trad.: IlanaHeinberg. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003.
_____. **O Método 6: Ética**. Trad: Juremir Machado da Silva. Porto Alegre (RS): Ed. Sulina, 2007.
_____. **O Método 4. As ideias: habitat, vida, costumes, organização**. Trad.: Juremir Machado da Silva. 5a ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
_____. **O Método 5: a humanidade da humanidade**. Trad.: Juremir Machado da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.
_____. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, repensar o pensamento**. Trad.: Eloá Jacobina. 21. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2014.
_____. **O Método 2: A vida da vida**. 5ª ed. Trad.: Mariana Lobo, Simone Ceré e Tânia do Valle Tschiedel. Porto Alegre (RS): Ed. Sulina, 2015.

- OEA. *Declaración Conjunta Sobre Libertad De Expresión Y "Noticias Falsas" ("Fake News"), Desinformación Y Propaganda*. Disponível em:
<<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=1056&IID=2>>. Acesso em 11 de jul. de 2020.
- OPAS/OMS. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a covid-19. Departamento de evidência e inteligência para ação em saúde. **Pag. Informativa 5**. Disponível em:
<https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=14>. Acesso em 10 de jul 2020.
- Oxford languages, **Word of the year 2016 - Oxford Dictionaries**. Youtube. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?time_continue=24&v=3xcW7Tg5E34&feature=emb_logo>. Acesso em: 01/Out. 2020.
- PRENSKY, M.: Digital Natives Digital Immigrants. In: PRENSKY, Marc. *On the Horizon*. NCB University Press, vol. 9 no. 5, October (2001a). Disponível em
<<http://www.marcprensky.com/writing/>>. Acesso em 13/Março/2019.
- PARISER, Eli (2012). **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Tradução: Diego Alfaro. Rio de Janeiro. Zahar.
- SANTAELLA, Lucia. **Cultura das mídias**. 4a. ed. São Paulo: Experimento, 1992 [2003a].
- SANTAELLA, L. "Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano". **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, no 22 / dezembro, 2003.
- SENNETT, R. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SOUKI, N. **Hannah Arendt e a Banalidade do Mal**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- YANKELOVICH, D et. al. **The next big step in deliberative democracy**. *Kettering Review*, 2006, 5466.

ABSTRACT:

The changes that represent accessible technology and the use of social networks in digital culture impose new questions and challenges as we are, at the same time, producers and consumers of information. Disinformation affects public life and threatens democracy. Based on the ideas of Cognitive Democracy (MORIN, 2014) and the Knowledge Dialogue (LEFF, 2006), we will discuss the theme in the light of an analytical framework of the research "Values and Arguments in the assimilation and propagation of disinformation: a dialogical approach". Media education appears as a historic and democratic need to combat fake news. In this sense, the possible solutions must build and strengthen collective learning about the communication and educational processes that promote the reading and understanding of codes to interaction in social media

KEYWORDS: Knowledge; Misinformation; Media Education.

RESUMEN:

El artículo tiene como objetivo analizar las implicaciones de la pandemia COVID-19 para el campo de la educación en la región de la Amazonía de Tocantins, especialmente en relación con el desarrollo de actividades de la escuela a distancia debido a la suspensión de clases y con respecto a programas, acciones y proyectos de educación continua. ofrecido a los docentes del Sistema de Educación del Estado. La investigación se basa en el materialismo dialéctico histórico, teniendo como referencia la investigación bibliográfica y documental en ordenanzas, medidas provisionales, decretos, opiniones y otros mecanismos normativos emitidos, principalmente, por el Ministerio de Educación, el Consejo Nacional de Educación, el Gobierno del Estado de Tocantins. y Consejo de Educación del Estado. Desde una perspectiva crítica, se supone que la adopción de asociaciones público-privadas como una política educativa y la expansión de la educación a distancia compromete en gran medida el principio constitucional de la gestión democrática y la calidad de la educación.

PALABRAS-CLAVES: Conocimiento; Desinformación; Educación en medios.